



QUEIMADA HISTÓRICA ACELERA DEBATE PARA CRIAR O ESTATUTO DO PANTANAL

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) vai criar um planejamento estratégico para garantir a preservação do Pantanal mato-grossense e mudar a legislação, na tentativa de evitar queimadas como as que ocorrem neste ano e já consumiram cerca de 20% do bioma. A ação deve unir membros do governo estadual, do Tribunal de Contas e da Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, uma comissão especial do Senado definiu na quarta (23) que a criação do Estatuto do Pantanal é prioridade

PÁG. 4

Reforço chega ao Pantanal de MT

Equipe formada por 48 militares da Força Nacional de Segurança Pública desembarcam em Mato Grosso na quinta-feira (24), para contribuir nas atividades de combate aos incêndios florestais na região do Pantanal. Com eles, também foram enviados viaturas e um helicóptero que irão se juntar à equipe do Corpo de Bombeiros que atua ainda no Vale do Araguaia, Chapada dos Guimarães e Amazônia. A Operação Pantanal II conta com 2.500 profissionais envolvidos

PÁG. 6

Estado quer retomar aulas

As aulas da rede estadual de ensino em Mato Grosso devem ser retomadas a partir de novembro. O assunto está sendo debatido pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) junto com diretores de escolas públicas, mas ainda divide opiniões. Temendo uma onda de contágios entre professores, o sindicato da categoria fala em uma 'greve pela vida' caso a proposta seja confirmada. Já especialistas ouvidos em evento realizado pelo Ministério Público apontam que é possível retomar as aulas presenciais antes da vacina contra o coronavírus, com todos os cuidados

PÁG. 3

Seduc-MT



Pantaneiro vai ajudar na 'Lei'

Comissão Externa de acompanhamento das queimadas nos biomas brasileiros, coordenada pela deputada Rosa Neide (PT/MT), pretende construir uma legislação própria para o Pantanal, com o objetivo de estimular a produção sustentável e rever a política de manejo do fogo. Para isso, o grupo vai ouvir cientistas e moradores do Pantanal em uma série de audiências públicas. "Cada grupo será ouvido em uma audiência", garante a deputada

PÁG. 5



'Salários serão pagos dentro do mês trabalhado'

O governador Mauro Mendes (DEM) anunciou na terça-feira (22) que os salários dos servidores voltarão a ser pagos dentro do mês trabalhado. A medida já vale para este mês de setembro, cujo pagamento será feito na quarta (30). Mauro destacou que isso só foi possível devido às 'medidas amargas' adotadas no começo do mandato

PÁG. 3

Cresce procura por profissionais de TI

A crise sanitária deste ano, causada pelo coronavírus, não só intensificou o cenário do mercado de trabalho como também mudou as projeções. As mudanças ocasionadas pela denominada 4ª Revolução Industrial era aguardada para os próximos dez anos, mas foi antecipada e tem exigido uma maior especialização de profissionais em algumas áreas, criando novas ocupações, principalmente no mercado de tecnologia da informação

PÁG. 7

EDITORIAL

Otimismo sem relaxamento

A aparente vitória sobre o coronavírus, com o ritmo de contágios 'sob controle', tem causado uma grande onda de animação e otimismo nos empresários de todos os segmentos. Não se trata da recuperação propriamente dita, mas sim de uma perspectiva de que as coisas vão melhorar em um futuro próximo. O Índice de Confiança das Indústrias, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), registrou alta recorde na primeira metade deste mês, com 7,2 pontos de crescimento em relação a agosto, alcançando 105,9 pontos. Se confirmado ao fim do mês, terá o melhor índice desde janeiro de 2013, quando alcançou 106,7 pontos.

Aqui em Mato Grosso a situação não é muito diferente. O fogo e o vírus não conseguiram conter a pujança econômica e o resultado foi um crescimento de 18,7% no Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), apurado pela Fecomércio, em apenas um mês. Com esse salto, os empresários finalmente deixaram o espectro das 'perspectivas negativas' para o lado do 'otimismo'. Com 111 pontos, ainda não estamos tão perto dos níveis pré-pandemia, quando o Icec marcava 133,8 pontos. Ainda assim, mostra que há esperança de dias melhores.

Para todo esse otimismo se concretizar, é preciso uma série de ações

reais. O vírus continua sendo uma ameaça em todo o mundo, e a Europa está aí para servir de exemplo. Após registrar várias semanas seguidas de queda no índice de contágio e de mortes, os números da pandemia no Velho Continente voltaram a subir assustadoramente e hoje já superam a pior fase da chamada 'primeira onda'. O temor de um retorno das políticas de lockdown já se espalhou pelo mercado e as principais bolsas ao redor do mundo abriram o dia de ontem operando em queda. Não são temores infundados: alguns países, como a Espanha, já estão retomando restrições à movimentação de pessoas, na tentativa de frear o avanço do vírus.

Por aqui, estamos sempre um passo atrás. Por isso, é importante olhar o que está acontecendo do outro lado do Atlântico e tirar nossas lições. Podemos nos preparar melhor para enfrentar uma possível segunda onda sem tantos traumas. Não só podemos como precisamos. Presa às cordas, nossa economia não aguenta um novo round dessa dura batalha. Na analogia do futebol: 'time que relaxa toma gol'.

Com seis meses de experiência vivendo na pandemia, já sabemos de cor e salteado tudo o que precisamos fazer para evitar o caos. Façamos então, enquanto é tempo. É uma tarefa que se impõe a todos os nós.

Falta visibilidade

Luana Soutos (*)

Se a falta de visibilidade atrapalhou o pouso do presidente em Mato Grosso, na semana passada, deve ter sido um protesto com relação à falta de visibilidade à qual o chefe de Estado nos submeteu. A natureza revoltou-se contra os crimes que nos remetem a essa névoa densa e impura – é o que nós deveríamos estar fazendo também. Falta ar, falta visibilidade, falta honestidade e vergonha a esse governo. Também faltam palavras para expressar o horror diante de tanto absurdo que se vê e se ouve de Bolsonaro e sua turma.

Não há nada mais atrasado do que negar a realidade. Se você tem problemas a resolver, fingir que eles não existem vai te render de volta o dobro de problemas, no mínimo. Na política observamos divergências com relação ao trato desses problemas – se a solução seria observar as causas, as raízes, para resolvê-los de vez, ou reprimir os efeitos para retardar o caos. Mas a negação dos problemas é uma preocupante novidade no Brasil.

Nós sabemos que o presidente não é muito fã de verdades, foge de situações que possam fazê-lo cair em contradição – como debates públicos –, muito embora repita como um gravador o bordão "sabeis a verdade e a verdade vos libertará". Bem, tem quem acredite em qualquer coisa, mas quem observa com o mínimo de discernimento sabe que a Terra não é plana, que a Covid-19 não é uma gripezinha, e que o Pantanal e a Amazônia estão pegando fogo, sim.

Quando se nega a realidade, a boiada passa por cima, pisoteando e cravando de poeira qualquer resquício de dignidade de uma população inteira. Quando se nega a realidade, a granada explode no bolso, nos pés, nas mãos de quem finge não ver. Quando se nega a realidade, a informalidade dissolve o que há de concreto, de real, em piadinhas e chacotas nada engraçadas.

Dito isso, resta uma pergunta: o que foi o discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)? Há palavras que possam des-

crever aquele horror? Alguém drogou o presidente para provocar alucinações?

Falar em "combate à pandemia", num país que enterrou 140 mil mortos e o próprio ministro da Saúde admitiu ter utilizado menos da metade dos recursos disponíveis deve ser alucinação. Dizer que nossos biomas não estão queimando, ou que fez qualquer movimento para "combater" queimadas provocadas por indígenas deve ser alucinação. Inclusive, até onde se sabe, o governo cortou recursos destinados a esse fim. Afirmar preocupação com o "emprego" quando declara publicamente que a legislação trabalhista deve beirar a informalidade deve ser alucinação. Se não é alucinação, só pode ser mau-caratismo.

A lealdade declarada de Bolsonaro ao Agronegócio e aos milionários é conhecida. Essa é a opção política do presidente, a mesma de tantos outros que passaram por ali antes dele. Sabemos que, para continuar no poder, boa parte deles seleciona palavras para tentar "turvar" esse compromisso com a classe dominante. Mas mentiras descaradas não podem ser consideradas aceitáveis.

O Agronegócio brasileiro está em alta, se vangloriou o presidente no mesmo discurso. No entanto, parte da população não consegue comer arroz e feijão. O Agronegócio está alimentando quem? O Agronegócio está enriquecendo quem? Ignorar a nossa realidade é muito mais do que um lapso, é uma declaração política.

Apesar da falta de visibilidade, está evidente que os únicos combates que Bolsonaro topou fazer nesses dois anos de governo foram com relação às investigações à sua família e aos direitos sociais e trabalhistas da população.

As mentiras que Bolsonaro conta até podem atrapalhar a visibilidade, mas o que ele faz é real, nos atinge, e nós, sim, devemos combater.

LUANA SOUTOS é jornalista e socióloga.



Ágora Moderna

Lourenbergue Alves (*)

A democracia antiga, mais precisamente a ateniense, tinha como símbolo os cidadãos reunidos na ágora, onde se discutiam as questões da cidade, seus problemas e os interesses e as situações conflituosas da sociedade. Hoje, em quaisquer lugares do mundo, é humanamente impossível a reunião de todos em praça pública, ainda que haja um turbilhão de necessidades e de aflições infinitamente maiores que as da Grécia pretérita, e há, sem dúvida, pois são variados os desejos, múltiplas as arrebentações e um mundo de desigualdade. Quadro que carece ser discutido, e, por meio deste, encontrar as soluções necessárias, afinal não é outro o papel da política – gestão dos desejos conflituosos, ou mediadora entre os desejantes em conflitos. Urge, portanto, a transformação de cada rede social em uma ágora, até por conta da sua condição de atrair remotamente mais e mais pessoas, mesmo em um ambiente de distanciamento físico-social. Condição, estranhamente, sendo usada para outras coisas, e não, necessariamente, para o debate, para as discussões.

Discussões e debates tão importantes, e por que não dizer imprescindíveis na vida em democracia, cuja existência depende da participação de todos, os quais devem ter iguais direitos, a despeito das diferenças que existem entre eles. Igualdade no espaço público, contudo, sempre desrespeitada, agredida. Ainda assim, contraditoriamente, se dizem: "todos são iguais perante a lei". Esta frase, diante do cenário vivido, secular, soa aos ouvidos como sarcástico, anedota. Isso porque apenas alguns poucos, mas bem poucos mesmos veem-se beneficiados pela lei, enquanto aos demais, o rigor dela, e sem chance alguma de reclamarem, pois são invisíveis aos olhos dos outros, também pelos das autoridades, ao contrário daqueles primeiros, vez ou outra, bajulados, ainda que tenham cometido ilícitos, crimes ou a chamada infração, praticada por menores, afinal, a medida socioeducativa privada de liberdade e todas as situações de risco e vulnerabilidade que demandam abrigo, são apropriadas apenas para os adolescentes pobres, os quais, diferentemente dos menores ricos, tem suas internações justificadas, até em razão da gravidade da prática de ato infracionais –

desde furtos, assaltos, crimes sexuais, atentado ao pudor, estupro até o de tirar a vida de alguém. Pois tal decisão está, e estará sempre juridicamente fundamentada, validada e legítima, ainda que faltem provas de autoria, "uma vez que as razões consignadas no decurso do processo nunca são frágeis".

Entende-se o porque não consta o nome de um único menor abastado, embora infrator, na lista de internação tanto do Lar do Adolescente como na do Lar Menina Moça. Será por que esses espaços de reclusão são úmidos, sombrios, barulhentos, que ironicamente recebem a denominação de Centro Socioeducativo Pomeri? Ou, quem sabe, por estarem longe de ser um paraíso de concreto, sem que sejam ladeados por flores e iluminados pelo arco-íris permanente? Ou, talvez, por ser um mundo mofado, áspero, com um forte gosto de amargo e cheiro de coisas desacompanhadas de esperança? Ou, na verdade, por que a Justiça, ao invés de ter o rosto vedado, tem os olhos bem abertos para acobertar o que jamais deveria ser acobertado?

Perguntas que se multiplicam quando se veem com a lupa nas listagens dos presídios comuns, com mais de 40% de seus integrantes que, sequer, foram julgados. Entre eles, nenhum de origem de família de magnatas. Ainda que existam criminosos também cheios da grana. Mas estes têm o dinheiro como salvo-conduto. A lupa, então, se volta para o que é justiça. Justiça que não se restringe apenas aos limites do Judiciário. Sua jurisdição é muito mais abrangente. Extrapola os limites da régua que dirime quem está ou não certo, e alcança todos os quadrantes do Estado, cujos braços estão estendidos ao econômico, ao social e ao político. Então se percebe a grandiosidade da política, sem ser a partidária ou a abraçada pelo torcedor, pois é ela, a política, que gesta, e, ao mesmo tempo, faz a gestão dos negócios públicos, dos desejos em conflitos. Certamente seja este a discussão primeira que se deve ter nas ágoras das redes sociais. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Revolução financeira no agro

Vivaldo Lopes (*)

Estima-se que o agro brasileiro demanda R\$ 600 bilhões de crédito a cada safra. O Plano Safra, crédito subsidiado ofertado pelo governo federal por meio do Banco do Brasil, supre aproximadamente R\$ 200 bilhões. Os outros dois terços são financiados com recursos dos próprios fazendeiros e pelo mercado nas mais diversas modalidades. A novidade das últimas safras tem sido o interesse das fintechs, empresas de alta tecnologia de serviços financeiros, em financiar a atividade agropecuária. Até aqui, esse nicho é quase exclusividade das grandes tradings de commodities agrícolas, bancos especializados e algumas gestoras de fundos internacionais.

O interesse surgiu diante da enorme demanda, a aptidão da indústria do agro pelo uso de tecnologias modernas em seus processos produtivos, perspectivas de boa lucratividade, aliados à alta liquidez de dinheiro no mercado de capitais nacional e internacional.

As startups entraram há muito tempo no mundo agro. Oferecem tecnologia de última geração para praticamente todas as etapas da longa cadeia produtiva do agro brasileiro. O crédito agrícola era a última fronteira a ser explorada. Levantamento divulgado pelo jornal Valor Econômico demonstra que existem no Brasil 1.125 empresas de tecnologia fornecendo serviços ao setor agropecuário. Dessas, 196 atuam antes da fazenda, 397 em atividades dentro da fazenda e 532 em atividades pós-produção. O portfólio de serviços é amplo: 53% tecnologias agropecuárias diversas, 22% novas tendências alimentares, 11% gestão agropecuária, 8% marketplace de vendas, 4% drones e apenas 2% serviços financeiros.

As chamadas agrofintechs nascem com um olho no campo e outro nas finanças. Apresentam potencial para aproximar o mercado de capitais do agronegócio, utilizando a expertise já desenvolvida no fornecimento de serviços financeiros mais ágeis e mais baratos para empresas e clientes dos bancos tradicionais. Promoveram uma verdadeira revolução no mercado financeiro brasileiro. Devem também ampliar as fontes privadas de financiamento dos negócios agropecuários, abrindo a possibilidade até mesmo de redução do atual patamar de juros do segmento.

As maiores fintechs e os grandes bancos privados do Brasil juntam-se

e já anunciaram a criação de empresas totalmente voltadas à oferta de crédito ao produtor rural. O cenário tornou-se mais favorável com a entrada em vigor da nova "Lei do Agro" que permitiu, entre

outras coisas, a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA em dólar. Com a redução dos juros, esses certificados tornaram-se mais populares entre os fazendeiros. Os agentes financeiros notaram também maior adesão dos produtores às ferramentas digitais durante a pandemia, criando o ambiente de negócios propício para empresas que têm como grande trunfo a redução de garantias e burocracias para fornecer crédito. Outra grande inovação prometida pelas agrofintechs será a parceria intensiva com as revendas de insumos (defensivos, fertilizantes, sementes) e cooperativas que atuarão como uma espécie de "correspondentes bancários locais" na captação, seleção de clientes e auxílio na análise de risco a partir do histórico de crédito de sua clientela. Essa parceria pode acelerar a aprovação do financiamento e emissão eletrônica da Cédula de Produtor Rural – CPR que será liquidada pelo tomador na venda do seu produto. Esperam reduzir ao máximo as operações casadas de entrega antecipada de grãos para compra de insumos. A vasta rede de revendas de insumos e cooperativas agrícolas, por sua vez, colocará à disposição as ferramentas tecnológicas que já usam para monitorar plantio, desenvolvimento e colheita da produção por imagens de satélite.

Analistas especializados em agronegócio olham com expectativa otimista a chegada das fintechs ao segmento agropecuário. Contam que elas vão proporcionar exposição positiva do setor, aproximá-lo do mercado de capitais, exigir melhorias na gestão dos negócios e, principalmente, aumentar a concorrência na oferta de crédito ao setor que mais tem avançado em produtividade e inovações tecnológicas nas últimas décadas.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA Gestão Financeira Empresarial-FIA/USP (vivaldo@uol.com.br)



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

A PARTIR DE NOVEMBRO

Retorno deve acontecer de forma gradual, começando pelos estudantes do ensino médio; Sintep é contra e fala em 'greve pela vida'

Seduc deve liberar volta às aulas

Mayke Toscano/Secom-MT

Gabriel Soares

As aulas da rede estadual de ensino em Mato Grosso devem ser retomadas a partir de novembro. O assunto está sendo debatido pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) junto com diretores de escolas públicas desde quarta-feira (23). Uma nova reunião está agendada para segunda-feira (28), quando serão debatidos novos detalhes.

A possibilidade de retorno às aulas foi revelada pela secretária de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, em uma videoconferência e posteriormente confirmada em entrevista à Rádio Capital FM, de Cuiabá. Contudo, ela não estipulou uma data para o retorno às salas de aula.

Caso aconteça, a volta das aulas presenciais deverá ser feita gradualmente e começará com os alunos do terceiro ano do ensino médio. O grupo é considerado priorita-

rio pelos gestores da Educação, já que eles devem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcado para os dias 17 e 24 de janeiro de 2021, e, além disso, até pela idade, são estudantes mais capazes de seguir as orientações.

A Seduc tem trabalhado em um protocolo de segurança para garantir que o retorno das aulas presenciais não desencadeie uma onda de contágios por coronavírus. Por isso, as salas de aula deverão ter número reduzido de alunos, em torno de 15. Também deverá ser obrigatório o uso de máscaras e a disponibilização de álcool 70% para higienização dos alunos, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A proposta de retorno das aulas já é de conhecimento do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública de Mato Grosso (Sintep-MT), que se declarou contrário. O presi-

dente do Sintep, Valdeir Pereira, afirmou que a categoria só concorda com o retorno das aulas presenciais quando a pandemia estiver sob controle, sem contágio comunitário.

“Certamente, a pandemia não está controlada e nem está havendo as medidas nas escolas. Somos favoráveis quando as autoridades sanitárias garantirem a segurança e as medidas de adequação das unidades escolares (estrutural e pessoal)”, disse, revelando a possibilidade de a categoria deflagrar uma “greve pela vida” caso os professores sejam convocados.

Por meio de sua assessoria, a Seduc informou que está fazendo uma pesquisa com os pais para saber a opinião sobre o retorno das aulas presenciais e ainda não tem data definida. A Seduc também informou que a volta só acontecerá com aval das autoridades de saúde.



Seduc estuda liberar volta gradual às salas de aula, começando pelo 3º ano do ensino médio

Estudo recomenda retorno opcional

Da redação

O retorno das aulas somente após vacina não é consenso entre pesquisadores. Em evento realizado pelos Ministérios Públicos de todos os estados e da União, o epidemiologista e ex-secretário Nacional de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde Wanderson de Oliveira e o médico e pesquisador Fábio Jung se manifestaram contrários a essa hipótese.

Durante o evento, que aconteceu na ter-

ça-feira (22), eles apresentaram os resultados da pesquisa “Covid-19 e reabertura das escolas”, que avaliou exemplos de outros países, além da suscetibilidade, transmissibilidade e gravidade da covid-19 em menores de 18 anos.

Com base nos estudos, Wanderson e Fábio argumentam que o retorno às salas de aula deve acontecer de forma gradual, opcional e responsável. Eles explicam que muitos países colocaram a educação como serviço essencial

e prioritário, instituindo um protocolo relativamente simples que inclui distanciamento social, uso obrigatório de máscara, disponibilização de estruturas com água e sabão, além do álcool em gel.

Wanderson de Oliveira e Fábio Jung defenderam algumas premissas para essa retomada: liberar o retorno dos setores público e privado ao mesmo tempo; dar aos pais a decisão final sobre seus filhos; estipular que as pessoas portadoras de

fatores de risco fiquem fora do retorno; e exigir que as escolas ofereçam estruturas de higiene adequadas, acessíveis e em abundância.

Para os pesquisadores, é preciso considerar também as consequências sociais e emocionais provocadas pelo fechamento das escolas, que são o desenvolvimento de transtorno de estresse e a piora do estado de crianças com algum problema psiquiátrico.

(Com informações da assessoria)

BID PANTANAL

Deputado quer retomar programa de R\$ 2,2 bi

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) vai realizar, na última quarta-feira (30), uma audiência pública virtual para debater o programa BID Pantanal, criado em 1995 e engavetado em 2003. A audiência foi proposta pelo deputado Wilson Santos (PSDB) e vai debater a possibilidade de recuperar recursos na ordem de 400 milhões de dólares, cerca de R\$ 2,2 bilhões na cotação atual.

“Nós tínhamos, a fundo perdido, mais de 175 milhões de dólares para saneamento básico dos municípios pantaneiros e para a capital, para educação ambiental e prevenção ao fogo no Pantanal. Tudo estava previsto no programa BID Pantanal”, diz o deputado.

O BID Pantanal foi um programa com financiamento de US\$ 400 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), governo japonês, governo federal e dos estados, com o objetivo de elaborar ações nas mais diversas áreas, como águas,

solos, agrotóxicos, conservação da fauna, saneamento, economia, estradas, parques e reservas.

O programa foi criado em 1995, durante o governo de Dante Martins de Oliveira, e foi amplamente debatido com a sociedade de 1996 até 2001, quando foi interrompido por suspeitas no processo licitatório. Em 2003, o programa foi cortado pelo governo federal.

“Precisamos resgatar o BID Pantanal para apoiar esses municípios pantaneiros, que apesar de serem historicamente importantes e com uma população relevante possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo e estão limitados economicamente por estarem em uma área de proteção com restrições ambientais, o que impede o desenvolvimento econômico”, disse.

“Estou propondo uma discussão mais profunda sobre o tema. A ideia é discutir um novo programa. Quem sabe possamos recuperar um pedaço do BID Pantanal e salvar esses recursos”, destacou o parlamentar.

PROPAGANDA ANTECIPADA

PSDB vai à Justiça contra Fávaro

Gabriel Soares

O diretório estadual do PSDB ingressou com uma representação contra o senador interino Carlos Fávaro (PSD). Em petição ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), os tucanos acusam Fávaro de fazer propaganda eleitoral antecipada nas redes sociais, por meio de impulsionamento massivo de publicações. É o terceiro partido que acionada Fávaro por propaganda extemporânea.

Segundo o partido, Fávaro patrocinou o impulsionamento de 87 publicações nas redes sociais em apenas um dia, com conteúdo que

os tucanos entenderam ser conteúdo eleitoral “transvestido de divulgação de atos parlamentares”. Nas postagens, o senador interino fala das liberações de verbas para obras em Mato Grosso.

O PSDB aponta ainda que o senador interino tem investido “exagerado volume de recursos” em divulgação. Para isso, apresentou dados da página de transparência do Senado, que apontam um gasto total de R\$ 68.278,52 na ‘divulgação da atividade parlamentar’.

O partido faz a comparação com os senadores Jayme Campos (DEM) e Wellington Fagundes (PL), que estão no mandato desde o começo do

ano e gastaram R\$ 7 mil e R\$ 9,5 mil, respectivamente. Já Fávaro, assumiu a cadeira no Senado em 17 de abril deste ano.

“Oportuno destacar que o Representado Carlos Fávaro somente foi diplomado em abril de 2020. Portanto deve se sopesar que, além de haver maior gasto, ele ocorreu em período de tempo menor o que potencializa ainda mais o ilícito”, alega o partido, apontando ainda que alguns conteúdos foram nos dias 8 e 9 de setembro, época de pré-campanha.

Diante disso, o PSDB pede a remoção imediata das propagandas eleitorais da página de Carlos Fávaro, além da proibição de patrocinar

novas postagens até o dia 26 de setembro, fim do período de pré-campanha. O partido quer ainda que Fávaro seja condenado por propaganda extemporânea e pague multa de, no mínimo, R\$ 5 mil.

O processo foi distribuído ao juiz Sebastião Monteiro. Contudo, já havia outra representação contra Fávaro pelo mesmo tema, feita pelo PDT. Por isso, o caso seja julgado pelo mesmo magistrado que realizou o julgamento anterior, o desembargador Sebastião Barbosa Farias.

Fávaro também é alvo de uma representação feita pelo PSL, que questiona o uso de disparos em massa via WhatsApp.

EQUILÍBRIO FISCAL

Estado volta a pagar salários no mês trabalhado

Da Redação

O salário do funcionalismo público do governo do Estado voltará a ser pago no último dia do mês trabalhado. O anúncio foi feito pelo governador Mauro Mendes (DEM) na terça-feira (22). Para ele, isso é um sinal de que as medidas de contenção de gastos tomadas no início da gestão estão dando resultado.

A dificuldade da gestão estadual em pagar o funcionalismo começou em me-

dos de 2016, no mandato de Pedro Taques (Cidadania), que começou a fazer um escalonamento dos salários em setembro daquele ano devido à grave crise econômica que o país enfrentava. Já em novembro de 2016, o governo alterou o calendário e começou a pagar no dia 10 subsequentemente.

“E com muita satisfação que anuncio para todos os servidores do Estado de Mato Grosso que os salários voltam a ser pagos dentro do mês trabalhado. Isso significa que

voltamos a pagar no último dia útil de cada mês e, agora em setembro, os salários serão efetivados no dia 30”, afirmou Mendes, durante assinatura de convênios com várias prefeituras.

O governador lembrou que quando assumiu a gestão conseguiu pagar os salários de dezembro para todos os servidores somente no dia 30 de janeiro de 2019. Mas, com medidas de ajuste fiscal e após um novo escalonamento na folha, o governo voltou a

pagar no dia 10. Nos últimos meses, a gestão já tem conseguido honrar o pagamento no dia 5.

“Isso é mais um sinal da recuperação do estado de Mato Grosso, é mais um sinal claro que todas as medidas corretas que tomamos já produzem efeitos. Nós temos hoje centenas de obras públicas sendo tocadas”, disse, acrescentando que as obras tocadas pelo governo estadual têm gerado mais de 10 mil empregos diretos.

Ele ainda destacou que o governo de Mato Grosso volta, a partir deste ano e com mais força em 2021, a ser um promotor do desenvolvimento. Durante a assinatura dos convênios, ele garantiu que não vai faltar dinheiro para pagamento das obras após a medição.

“Pode ficar tranquilo, meus amigos, vai ter o dinheiro. Pode trabalhar sossegado para pagar no dia que a sua medição entrar. Dessa forma a gente resgata a credibilidade do serviço público”, garantiu.

INTERVENÇÃO

Comissão vai rever a legislação e criar planejamento estratégico para garantir a preservação do bioma e evitar queimadas como a deste ano

AL estuda 'Estatuto do Pantanal'

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) deve criar um planejamento estratégico para garantir a preservação do Pantanal mato-grossense e mudar a legislação, na tentativa de evitar queimadas como as que ocorrem neste ano e já consumiram cerca de 20% do bioma. A ação acontece a convite do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que também vai participar das discussões, junto com a Câmara dos Deputados.

Ao final, o planejamento deve ser encaminhado à Câmara dos Deputados, em Brasília, para que haja a ampliação das discussões, tendo em vista que mais de 60% do Pantanal encontra-se em Mato Grosso do Sul. Uma comissão mista deverá ser formada entre a ALMT e a Câmara Federal, com o objetivo de criar o Estatuto do Pantanal.



A pedido do TCE, Assembleia irá criar comissão para debater legislação sobre queimadas e o Pantanal

O presidente do Parlamento estadual, Eduardo Botelho (DEM), garantiu que a comissão será montada o mais brevemente possível em função da urgência do tema.

“Dentro dessa proposta, vamos nos reunir com a Comissão de Meio Ambiente para definir o que será feito e, conseqüentemente, encaminharmos à Câmara Federal, que também está montando uma comissão mista com a Assembleia Legislativa. Essa sugestão deles [TCE] já vai adiantar bem esse estudo que a Câmara Federal vai necessitar. Então, vamos acatar a sugestão do TCE, instituir essa comissão para começar esse estudo imediatamente”, disse.

A comissão será formada pela Assembleia Legislativa, TCE, governo do Estado e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs). Um dos temas que deve fazer parte das discussões é o chamado ‘fogo frio’, que consiste na

queima preventiva para evitar o acúmulo de biomassa, o que pode potencializar e alastrar os incêndios florestais. Atualmente, a prática está proibida.

As queimadas no Pantanal neste ano já consumiram cerca de 20% de todo o território do Pantanal e têm causado muita preocupação no poder público. Por isso, a necessidade urgente de elaborar um plano estratégico para evitar tragédias como essa nos próximos anos.

“Neste ano já queimou, infelizmente. Mas vamos elaborar e apresentar ao governador, e acredito que ele vai se sensibilizar. Estamos atrasados nisso, por exemplo, Rondônia já tem o seu planejamento que também foi liderado pelo TCE do estado. E com bons resultados. Então, Mato Grosso precisa fazer esse planejamento estratégico com todas as instituições falando a mesma linguagem e combater as queimadas”, concluiu Maluf.

PROJETO DE MT

Câmara Federal trava PEC contra indultos: ‘falta coragem’

Da redação

O deputado federal Dr. Leonardo (Solidariedade) tenta emplacar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para acabar com o indulto de Natal, previsto no artigo 84 da Constituição brasileira, que autoriza perdão da pena para condenados na Justiça. A proposta depende da assinatura de pelo menos um terço dos parlamentares, isto é, 171 deputados federais.

O parlamentar mato-grossense tenta conseguir as assinaturas desde março. “Falta de coragem dos congressistas”, afirma Dr. Leonardo sobre não ter conseguido assinaturas suficientes.

Na justificativa de sua proposta, o deputado alega que o indulto remonta à Antiguidade,

quando governos queriam mostrar sua benevolência, mas que na atualidade o indulto é utilizado como uma forma de reduzir a população carcerária.

“Acho que é só no Brasil que tem algumas coisas que não dá para suportar mais. O cidadão comete crime de diversas ordens; de repente, mata a mãe, mata o pai, e no Dia dos Pais e das Mães pode sair”, critica.

Além das ‘saidinhas’ em datas comemorativas, o parlamentar também tem como bandeiras acabar com a redução da pena por “bom comportamento” e defende o cumprimento de penas na sua integralidade. Ele lembrou também que em muitas dessas ‘saidinhas’, os beneficiados cometem ilícitos, além de alguns

nem mesmo retornarem às penitenciárias.

“Bom comportamento é [pra] quem está aqui fora, não mata ninguém. Esse que é o bom comportamento e não é privilegiado. O cidadão mata, rouba e tem um terço da pena reduzida. Ele sequestra, estupra, e você vai reduzir a pena dele por bom comportamento? Bom comportamento é se ele pensasse antes. Esse cidadão tem que cumprir a pena na integralidade”, disse.

Dr. Leonardo também defende que a pena máxima no Brasil seja majorada de 30 para 40 anos, mas disse não defender a pena de morte nem a prisão perpétua, apontando que o sistema prisional do Brasil não teria capacidade para manter presos por longos períodos.

VÍCIOS NO PROCESSO

TJ nega recurso e mantém mandato de Abílio Brunini

Da redação

O desembargador Márcio Vidal, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), rejeitou recurso impetrado pela Câmara Municipal de Cuiabá e manteve o mandato do vereador Abílio Júnior (Podemos). A Casa impetrou recurso do tipo Embargos de Declaração questionando a sentença judicial. A decisão é desta segunda-feira (21) e considerou que os argumentos da Câmara não deviam ser acolhidos, ressaltando que houve vício no processo que cassou o mandato do vereador.

Ao ingressar com o recurso, a Câmara alegou que é equivocada a interpretação de que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação

(CCJR) precise conceder autorização para instituição de um processo de cassação contra parlamentares da Casa. Segundo a Câmara, a CCJR deve apenas se manifestar sobre o mérito da proposição.

O jurídico da Casa também alegou que a Comissão não possui mais poder que o plenário da Câmara, constituída por todos os 25 vereadores que representam o Município.

O magistrado, por sua vez, rechaçou a alegação e disse que o Regimento Interno da Casa é claro ao mencionar que é papel da Comissão autorizar o processo contra parlamentares.

“Na verdade, as teses apresentadas pela Embargante demonstram o objetivo de rediscutir o julgado que foi contrário

à sua pretensão, o que não se mostra cabível”, citou o magistrado.

Abílio Júnior teve seu mandato cassado pela Casa em março deste ano, por 14 votos a 11. A CCJR havia emitido parecer pelo arquivamento do processo, mas a recomendação foi derrubada pela maioria dos parlamentares.

O parlamentar foi cassado por quebra de decoro após protagonizar diversos embates com o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e seus apoiadores dentro da Casa. Neste processo de cassação, o vereador foi acusado de quebrar o decoro durante visita ao Hospital Municipal São Benedito. Em maio, a Justiça derrubou a cassação do vereador e determinou seu retorno à Casa de Leis.

FALTA DE CONTINGENTE

Jayme cobra ampliação do Corpo de Bombeiros

Da redação

O senador Jayme Campos (DEM) criticou a falta de planejamento e interesse dos governos estadual e federal para combater os incêndios no Pantanal, Cerrado e na Amazônia. Durante entrevista no sábado (19), quando uma comissão formada pela Câmara Federal e o Senado visitou Poconé, o senador cobrou a realização de um concurso público para provimento de mais de 600 vagas para o Corpo de Bombeiros.

“Tem que colocar mais gente no Corpo de Bombeiros. Eu vou falar para o governador [Mauro Mendes] que precisa contratar no mínimo uns 600 bombeiros, fazer concurso público agora. Com esse grupo do Corpo de Bombeiros é insuficiente, o estado é de dimensão continental, temos

900 mil quilômetros quadrados, o Corpo de Bombeiros tem apenas 1.400 homens”, disse.

Atualmente, segundo informações do governo, cerca de 2.500 homens combatem os incêndios no Pantanal. Para Jayme Campos, a realização do concurso público deve ocorrer de forma urgente e Mato Grosso tem capacidade financeira para bancar. Ele também levantou a possibilidade de fazer parceria com o governo federal para contratação de brigadistas.

O senador também afirmou que a ajuda do governo federal está sendo insuficiente. Na última semana, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, esteve em Mato Grosso e anunciou a destinação de R\$ 14 milhões.

“Nada está sendo feito para preservar esse Pantanal, nada. Eu acho que correu tão solto

que deu no que deu. Se tivessem feito preventivamente, estivesse na hora certa, não teria acontecido essa lamentável tragédia que aconteceu aqui com os nossos animais do Pantanal mato-grossense de ambos os estados”, disse.

O senador também demonstrou preocupação e cobrou agilidade para a remoção dos corpos dos animais da planície, já que em algumas semanas as chuvas devem começar e, com isso, intoxicar os rios, prejudicando ainda mais a vida dos animais, em especial dos peixes.

“Pode afetar os nossos peixes, pode transformar esses rios em uma verdadeira carniça. Portanto, acho que tem que disponibilizar todos os meios do governo federal e estadual, se possível as prefeituras. A gente vê aqui uma verdadeira pobreza de recursos para o enfrentamento”, disse.



Jayme Campos cobra concurso público para contratação de mais 600 bombeiros

LEI DO PANTANAL

Deputados federais querem debater com moradores da região a criação de um projeto para produção sustentável e manejo do fogo no bioma

'Pantaneiro tem muito a ensinar'

Gilberto Leite

Da redação

O deputado Alessandro Molon (PSB), do Rio de Janeiro, pretende emplacar o projeto de lei 9.950 que estabelece diretrizes para garantir a preservação do Pantanal. Conhecido como Lei do Pantanal, o projeto foi apresentado em 2018 e lista as atividades que deverão ser incentivadas no Pantanal, entre elas o extrativismo sustentável da flora nativa.

O projeto deve entrar na pauta das discussões sobre o tema na Comissão Externa de acompanhamento das queimadas nos biomas brasileiros, coordenada pela deputada Rosa Neide (PT-MT). Os deputados que compõem a comissão também poderão ser coautores do projeto, já que ainda há muito a ser debatido, segundo o próprio Molon.

A propositura da legislação é vista com certo ceticismo tanto pelo homem pantaneiro como pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que alerta para o enrijecimento da legislação para

a produção sustentável no Pantanal.

“Sobre as disposições do projeto em si, elas não são definitivas, porque o projeto ainda vai passar pelo plenário e a gente pode aperfeiçoá-lo. Agora, naturalmente, terá que ser um projeto que proteja o Pantanal de eventos como esse. O grande prejudicado é também o morador do Pantanal, além de toda aquela biodiversidade”, explicou Molon.

Ele afirmou também ser um defensor da produção sustentável até porque, caso não seja sustentável, pode arruinar a si mesma.

Já o deputado Dr. Leonardo (Solidariedade), que é morador de Cáceres, região do Pantanal, destacou a importância da produção sustentável e de aumento da tecnologia para acrescentar ainda mais produtividade à região. Ele também lembrou que em Mato Grosso do Sul, onde a legislação permite mais ações de manejo, os incêndios ocorreram em menor proporção, mesmo tendo 65% de todo o bioma.

Leonardo defendeu ainda a inclusão que o debate não fique restrito a cientistas, mas inclua os moradores da região, os pantaneiros.

“Esse equilíbrio que nós vamos trazer, ouvindo a todos, não só a academia, que é importantíssima, mas também aquele senhor que tem o saber melhor, às vezes, do que a academia, pois está no dia a dia, nasceu e se criou no ciclo das águas do Pantanal, conhece mais do que ninguém. Tem a nos ensinar muito mais do que quem está sentado numa sala no ar-condicionado”, disse.

A deputada Rosa Neide, coordenadora da comissão, afirmou que o cronograma da comissão está pronto e que seis audiências públicas deverão ser realizadas para trabalhar propostas visando garantir o equilíbrio entre a produção e preservação do bioma Pantanal. Também serão ouvidos pesquisadores das duas universidades federais locais, de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

“Faremos audiência pública com a socie-



Dr. Leonardo defende participação do pantaneiro nas discussões sobre o futuro do bioma

dade civil, na representação também das comunidades tradicionais, das comunidades originárias. Também com as entidades que cuidam do turismo no Pantanal, do povo pantaneiro, que é basicamente da agropecuária. Cada grupo será ouvido em uma audiência”, concluiu a deputada federal.

PREVIDÊNCIA**Deputados aumentam isenção de inativos**

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou na quarta-feira (23), em primeira votação, um projeto de lei complementar (PLC) que isenta da contribuição previdenciária os aposentados e pensionistas que recebem até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,1 mil. O projeto recebeu parecer contrário do Núcleo de Comissões Temporárias, mas o parecer foi derrubado por 13 votos no plenário da Casa.

“É muito importante nós avançarmos no sentido de corrigir essa injustiça sem precedentes com os aposentados e pensionistas que sofreram um confisco pesado nos seus proventos, nos seus ganhos. Todos nós temos consciência disso, eu tenho certeza. Todos os 24 deputados têm consciência da justiça de revertermos esse confisco”, afirmou Lúdio.

O deputado conseguiu a quantidade mínima necessária de votos para dar continuidade à proposta, que ainda precisará passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) antes de ser votada novamente em plenário. Se aprovado, o projeto vai derrubar trechos da Lei Complementar 202/2004, que instituiu

a cobrança dos aposentados em 11%, cujo valor foi majorado para 14% pela Lei Complementar 654/2020.

Votaram contra o parecer os seguintes deputados: Thiago Silva (MDB), Ulysses Moraes (PSL), Wilson Santos (PSDB), Delegado Claudinei (PSL), Elizeu Nascimento (DC), João Batista (PROS), Lúdio Cabral (PT), Allan Kardec (PDT), Valdir Barranco (PT), Faissal Calil (PV), Max Russi (PSB), Sílvio Fávero (PSL) e Paulo Araújo (PP).

Além desse projeto, também há outra proposição que tramita no Parlamento estadual que isenta quem recebe até três salários mínimos. Isso porque uma lei aprovada pela ALMT previa a isenção apenas para quem recebia até R\$ 3 mil.

Na prática, isso fez com que os servidores que recebem R\$ 3.001 de aposentadoria paguem contribuição de 14% sobre tudo que recebem, menos um salário mínimo. Além disso, a LC 654 fixa o valor expressamente como R\$ 3 mil corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que pode penalizar os aposentados se o valor da aposentadoria for corrigido em valor diferente do IPCA.

EMPERRADO NO SENADO**Ministro Tarcísio pede ajuda para destravar ferrovia em Mato Grosso**

Gabriel Soares

A rota que será usada para a expansão da Ferronorte até a região Norte de Mato Grosso continua sob impasse. Na terça-feira (22), o ministro Tarcísio Freitas (Infraestrutura) afirmou que é favorável à expansão dos trilhos até Cuiabá, mas pediu empenho da bancada federal para aprovação do PLS 261/2018 no Senado.

Em conversa com o senador interino Carlos Fávaro (PSD), Freitas explicou que a aprovação do projeto é essencial para viabilizar essa extensão da Ferronorte até Cuiabá. Proposto pelo senador José Serra (PSDB-SP), o PLS 261 muda o ordenamento jurídico sobre as ferrovias, per-

mitindo o regime de autorização para implantação de ferrovias.

“Essa extensão da ferrovia já está em estudo. Precisamos da aprovação do PLS 261/2018, que está no Senado e vai permitir a autorização para a extensão dessa ferrovia, porque cria um regime dentro do nosso ordenamento jurídico que vai facilitar a viabilização dessa extensão”, explicou o ministro.

Apresentado em 2018, o PLS está ‘emperrado’ no Legislativo federal. A matéria passou mais de um ano sendo debatida na Comissão de Infraestrutura para, só em fevereiro deste ano, voltar às mãos do relator. Ainda não há perspectiva sobre quando ela entrará em votação, por isso o

apelo de Freitas a Fávaro. O senador interino se comprometeu a buscar o apoio dos demais integrantes da bancada federal para tentar destravar o projeto.

“Vamos trabalhar intensamente para que este projeto seja aprovado e, assim, o sonho de milhares de mato-grossenses seja realizado. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para dar celeridade à tramitação da proposta”.

O projeto é importante porque permite que o governo apenas autorize a construção de determinada ferrovia, sem seguir o rigor dos processos licitatórios, deixando todos os aspectos do investimento para a empresa que ganhou a

autorização. Esse modelo dá mais liberdade para as atuais concessionárias fazerem projetos de extensão de ramais ou aumento de linhas, abrindo margem para a expansão das chamadas ‘shortlines’, ferrovias de baixa densidade que funcionam como alimentadoras das ‘linhas troncais’. Esse sistema é amplamente difundido nos Estados Unidos.

A aprovação do PLS é importante também para facilitar o processo de implantação da Ferrogrão, que ligará o município de Sinop a Miritituba, no Pará, permitindo o escoamento da produção por meio dos portos do Arco Norte. A Ferrogrão está prevista para ir a leilão no começo de 2021.

EMPERRADO NO SENADO**Ministro pede ajuda para destravar ferrovia em MT**

Gabriel Soares

A rota que será usada para a expansão da Ferronorte até a região Norte de Mato Grosso continua sob impasse. Na terça-feira (22), o ministro Tarcísio Freitas (Infraestrutura) afirmou que é favorável à expansão dos trilhos até Cuiabá, mas pediu empenho da bancada federal para aprovação do PLS 261/2018 no Senado.

Em conversa com o senador interino Carlos

Fávaro (PSD), Freitas explicou que a aprovação do projeto é essencial para viabilizar essa extensão da Ferronorte até Cuiabá. Proposto pelo senador José Serra (PSDB-SP), o PLS 261 muda o ordenamento jurídico sobre as ferrovias, permitindo o regime de autorização para implantação de ferrovias.

“Essa extensão da ferrovia já está em estudo. Precisamos da aprovação do PLS 261/2018, que está no Senado e vai permitir a autorização

para a extensão dessa ferrovia, porque cria um regime dentro do nosso ordenamento jurídico que vai facilitar a viabilização dessa extensão”, explicou o ministro.

Apresentado em 2018, o PLS está ‘emperrado’ no Legislativo federal. A matéria passou mais de um ano sendo debatida na Comissão de Infraestrutura para, só em fevereiro deste ano, voltar às mãos do relator. Ainda não há perspectiva sobre quando ela entrará

em votação, por isso o apelo de Freitas a Fávaro. O senador interino se comprometeu a buscar o apoio dos demais integrantes da bancada federal para tentar destravar o projeto.

“Vamos trabalhar intensamente para que este projeto seja aprovado e, assim, o sonho de milhares de mato-grossenses seja realizado. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para dar celeridade à tramitação da proposta”.

O projeto é importante porque permite que o governo apenas autorize a construção de determinada ferrovia, sem seguir o rigor dos processos licitatórios, deixando todos os aspectos do investimento para a empresa que ganhou a autorização. Esse modelo dá mais liberdade para as atuais concessionárias fazerem projetos de extensão de ramais ou aumento de linhas, abrindo margem para a expansão das chamadas ‘shortlines’, fer-

rovias de baixa densidade que funcionam como alimentadoras das ‘linhas troncais’. Esse sistema é amplamente difundido nos Estados Unidos.

A aprovação do PLS é importante também para facilitar o processo de implantação da Ferrogrão, que ligará o município de Sinop a Miritituba, no Pará, permitindo o escoamento da produção por meio dos portos do Arco Norte. A Ferrogrão está prevista para ir a leilão no começo de 2021.

DEVASTAÇÃO

Devastação causada pelos incêndios de grandes proporções registrados em agosto e setembro causou perdas irreparáveis na flora e fauna

Pantanal não será mais o mesmo

Gilberto Leite

Da redação

Mesmo se houver uma forte recuperação, o Pantanal, um dos biomas mais ricos do mundo, nunca mais será o mesmo. A devastação causada pelos incêndios de grandes proporções causou irreparável perda na flora e fauna. A avaliação é do coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Paulo Barroso, que trabalha no combate aos incêndios na região pantaneira de Mato Grosso.

Barroso destaca também que não há instituições e nem quantidade de combatentes o suficiente para conseguir conter o fogo, já que, além da enorme proporção, ocorre em três dimensões: na superfície, na copa das árvores e no subterrâneo.

O último grande incêndio que ocorreu na região foi há cerca de 15 anos, porém, nunca de tamanha proporção como estes que vêm ocorrendo desde agosto de 2020. “Não dá para afirmar quando o Pantanal vai se recuperar, mas com certeza nunca vai ser como foi”, destaca Barroso, durante entrevista concedida em evento realizado pelo Senado Federal, na região pantaneira de Poconé no sábado (19).

Segundo especialistas presentes no evento, a legislação ambiental brasileira pode ser a grande culpada pela maior perda da biodiversidade brasileira das últimas décadas. Isso porque ela trata todos os biomas de forma igual

e, segundo Barroso, que também é presidente do Comitê Nacional de Gestão de Incêndios Florestais, os diferentes biomas brasileiros devem ser tratados de forma individual.

“Nós entendemos que os problemas de incêndios florestais têm que ser tratados por biomas. Nós temos o bioma Amazônico, lá vamos tratar o problema para o bioma Amazônico, que é uma forma diferente de tratar para o bioma Pantanal, que é diferente de tratar para o bioma Cerrado, que é diferente dos demais biomas”, afirma.

EXCESSO DE FISCALIZAÇÃO PREJUDICOU - Apesar de este ser o incêndio de maior proporção da região, o homem pantaneiro vê como ‘exagerado’ o desmatamento que a imprensa tem dado para o caso. Gerente de uma grande fazenda na região, o pantaneiro Osires Pereira de Arruda, de 63 anos, também critica os órgãos de fiscalização pelo rigor em sua atuação.

Segundo ele, isso ocasionou excesso de biomassa na superfície e, com a grande seca, provocou esses incêndios. Até o momento, o fogo já consumiu 20% do Pantanal e só deve acabar quando vierem as fortes chuvas, o que deve ocorrer somente em meados de outubro.

“Hoje você não pode ter uma máquina para limpar o pasto, não pode fazer nada porque eles prendem, multam. São os ‘mal-entendidos’, que infelizmente tem demais”, afirma.



Até o momento, o fogo já consumiu 20% do Pantanal. Perda na flora e na fauna irá irreparável, segundo especialistas

Ainda segundo Osires, o fogo pode ter começado de vários pontos, podendo ser de bitucas de cigarro ou até mesmo acidentais. Porém, ele destaca que alguns

produtores podem ter perdido a paciência pela espera da chuva e terem utilizado da prática com o clima muito seco.

“A queima a frio que nós falamos tem que

esperar chover primeiro para depois pôr fogo. Então, antecipou isso. Não esperamos a chuva, não esperamos nada, aí o fogo veio. Esse fogo veio de onde? De vários pontos,

temos o Sesc que é de 100 mil hectares de terra, ao lado têm os índios e têm os rios que têm os turistas, os pescadores que podem jogar um toco de cigarro”, apontou.

Muitos bichos morrerão de fome

Da redação

Segundo o biólogo e apresentador de televisão Richard Rasmussem, a fauna é a mais prejudicada neste desastre; já a flora apresenta melhoras. Ele prevê que muitos animais vão morrer de fome no Pantanal. Ele veio a Mato Grosso para produzir alguns episódios do programa ‘Brasil Biomas’, da TV Cultura.

“A fauna vai demorar mais. A flora, se você andar pelos campos

queimados, já vai começar a ver brotos verdes. Mas a fauna, realmente, ela vai sofrer mais. Agora vai morrer mais bicho de fome do que queimado, essa é uma realidade”, afirmou ao Estadão Mato Grosso. Ele destacou que tem trabalho para levar água e comida aos animais para evitar uma tragédia ainda maior.

Segundo ele, a queima na região é uma perda para todos os brasileiros e não passará batido em seu programa tele-

visivo. O Pantanal abriga quase 1.000 espécies de animais e é endereço do maior refúgio de onças-pintadas do mundo; atualmente, são mais de 2 milhões de hectares perdidos por conta das queimadas.

A ONG SOS Pantanal revelou que mais de 90% dos incêndios são causados pelo ser humano, alguns acidentais, outros criminosos, e o fogo que consumiu o Pantanal, entre janeiro e setembro, equivale a 15 cidades de São Paulo.

“Em 20 anos de televisão, sempre preferei olhar para as coisas bonitas e não para as coisas feias. Mas neste caso não dá para vir pra cá e passar batido. Eu vim pra cá, já estava na programação, estou há cinco meses gravando o Pantanal. São 54 programas só pelo Pantanal, eu vim pra cá e não estava esperando encontrar essa proporção de desastre”, disse. Três episódios serão dedicados a contar a história das queimadas.

COMBATE AOS INCÊNDIOS

48 militares chegam ao Pantanal de Mato Grosso

Da redação

Uma equipe formada por 48 militares da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) chegam na quinta-feira (24) a Mato Grosso, para contribuir nas atividades de combate aos incêndios florestais na região do Pantanal. Os trabalhos terão início já na sexta-feira (25).

Além dos bombeiros, o apoio de logística ao Estado contará com 12 viaturas, um micro-ônibus, um caminhão de transporte, um helicóptero e três policiais militares, que vão atuar ainda no Vale do Araguaia, Chapada dos Guimarães e Amazônia.

O reforço foi solicitado pelo governo do Estado e autorizado pelo ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, em portaria divulgada no Diário Oficial da União na quarta-feira (23).

O grupo segue para o município de Poconé nesta quinta, onde se apresenta ao Posto de Comando, localizado no Sesc Porto Cercado, para receber as orientações e informações necessárias. O grupo atuará na região por 30 dias, com a possibilidade de prorrogação, de acordo com a portaria.

rogação, de acordo com a portaria.

Ao chegar ao município, as equipes terão acesso ao mapa contendo os pontos considerados mais críticos, passarão pelo processo de checagem de equipamentos e materiais de segurança.

O Corpo de Bombeiros de Mato Grosso enviou na terça-feira (22) um reforço para as equipes da Operação Pantanal II que estão combatendo os incêndios florestais na região. São mais 40 bombeiros militares que já estão em campo distribuídos nas áreas

prioritárias de combate. Além deles, 60 militares da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro também auxiliam nos trabalhos.

REPASSE DE EMERGÊNCIA - O governo federal também repassou R\$ 10,1 milhões como recurso de emergência. Os recursos já estão na conta do Estado de Mato Grosso, que finaliza os trâmites bancários para contratação de aeronaves, reforço das equipes de combate aos incêndios, resgates de animais silvestres e compra de retardantes (insumo

que auxilia no controle do avanço das chamas).

Já foram mais de R\$ 22 milhões investidos em recursos do Estado, contando com 40 equipes espalhadas por todo o território mato-grossense para o combate ao fogo, seis aeronaves, três helicópteros e mais de 2.500 profissionais envolvidos, desde bombeiros militares, voluntários, integrantes da Defesa Civil e do Exército.

PESQUISA UNEMAT - Sofrendo com a seca e as queimadas de grandes extensões há mais de 100 dias, pesquisadores da

Universidade do Estado de Mato Grosso ligados ao Centro de Pesquisa em Limnologia, Biodiversidade e Etnobiologia do Pantanal (Celbe/Unemat) vão a campo para avaliar as consequências das queimadas para o ambiente pantaneiro. O local escolhido é conhecido popularmente como Baía Mal-Assombrada, às margens da rodovia BR-070, próximo a Cáceres (219 km de Cuicabá).

Animais terrestres são os primeiros a sentir a ação do fogo, mas as espécies aquáticas e os estoques pesqueiros



Força Nacional enviou militares, viaturas e helicóptero para ajudar no combate aos incêndios florestais

também são diretamente afetados.

O professor Claumir César Muniz pesquisa o ambiente pantaneiro desde 2004 e é um dos maiores especialistas sobre o bioma. Concluiu mestrado em Ecologia e Conservação, doutorado em Ecologia e Recursos Naturais e pós-doutorado em Ecologia Aquática e Biologia Animal. “São 16 anos trabalhando no Pantanal. Nunca vi uma queimada desse porte, dessa intensidade”.

Os prejuízos ambientais poderão ser sentidos a quilômetros de distância a partir do local do incêndio. “Mamíferos de médio e grande porte, como antas, queixadas, catetos e cutias, desempenham o papel de jardineiro das florestas. Eles são dispersores de sementes. Quando essa área é queimada, os frutos acabam e o potencial de atuação desses mamíferos para a recomposição florestal é comprometido”, avalia o biólogo Derick Campos.

A relação peixes/plantas do Pantanal vai virar um livro ilustrado, com apoio do Instituto Sustentar de Responsabilidade Socioambiental, patrocinado pela Petrobras.

(Com assessoria de imprensa)

DURANTE PANDEMIA

A crise sanitária não só intensificou o cenário do mercado de trabalho como também antecipou as projeções previstas para daqui a 10 anos

Procura por serviços de TI cresce

Da redação

As mudanças no mercado de trabalho ocasionadas pela denominada 4ª Revolução Industrial eram aguardadas para os próximos dez anos, mas foram antecipadas pela pandemia da covid-19. A migração do trabalho presencial para o remoto, em razão do isolamento social, acelerou o processo e fez da expectativa uma realidade, que ficará mais evidente em 2021.

“O novo comportamento das pessoas e das empresas também vai exigir maior especialização de profissionais em algumas áreas, criando novas ocupações”, prevê Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai.

A crise sanitária deste ano não só intensificou o cenário do mercado de trabalho como também mudou as projeções. O surgimento de profissões que nem eram previstas, como orientador remoto e analista de soluções de alta conectividade, passaram a figurar na lista das 30 novas ocupações originadas a partir da 4ª Revolução Industrial.

Uma pesquisa feita pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), divulgada nessa segunda-feira

(21), mostra um pouco de como será o mercado de trabalho do futuro.

“Deve criar mais oportunidades de emprego para profissionais de tecnologia e logística. [...] A previsão é que surjam, em até cinco anos, novos profissionais para responder, por exemplo, à maior necessidade por internet ultrarrápida em um novo mundo online”, aponta o Senai.

Outro levantamento feito Senai, em 2018, já previa o surgimento de 30 novas ocupações em oito áreas do mercado de trabalho. Todas teriam seus processos transformados pelas tecnologias digitais em até dez anos.

A projeção foi antecipada. De um dia para o outro, o distanciamento social impôs uma rotina diferente para alguns trabalhadores brasileiros. Os escritórios foram transferidos para as casas dos colaboradores, o que deixou algumas pessoas confusas com as mudanças. Entretanto, se para uns a mudança foi difícil, para quem entende da rotina foi uma oportunidade.

Há dois anos, Alariana Barros atua como secretária remota em Cuiabá. Na época em que decidiu investir em em-



Pandemia antecipa o 'futuro do trabalho' e cria novos campos de atuação profissionais

presa, a microempreendedora teve que quebrar paradigmas.

“O trabalho home office irá ganhar sim o coração de muitos, isso é fato. Eu já imaginava e sempre acreditei muito nesse modelo de negócio, por isso trabalho assim há dois anos como secretária remota. A pandemia fez as pessoas entenderem melhor o meu trabalho, sentissem menos medo e o quan-

to é possível trabalhar de casa. Passaram a dar valor em um trabalho desafiador e que exige muita disciplina, ainda mais para as mães”, aponta Alariana.

Para esse processo de mudança forçada pela pandemia, a figura do orientador passou a ser uma figura requisitada por empresas e empregados, além de uma oportunidade para Alariana.

“Nesse período de isolamento eu dei algumas consultorias para iniciantes no ramo [trabalho remoto] e passei a compartilhar informações e dados sobre o tema nas minhas redes sociais. Devido a minha experiência, posso compartilhar minha percepção desse mercado, que tem dois perfis: aquele que irá se adaptar e amar trabalhar de casa, que vai se organizar e ter

sua disciplina de trabalho e se sair muito bem; e aquele que precisa sair de casa, pois não consegue ser produtivo se não separar o ambiente de trabalho da casa”, explica a secretária.

TENDÊNCIA - Conforme o levantamento do Senai, o trabalho feito de casa é uma das tendências que deve impactar o mundo profissional. Aponta também que algumas empresas já manifestaram a intenção de manter pelo menos parte de seus funcionários a distância depois que a Covid-19 for vencido. Caso essa intenção seja confirmada para milhares de brasileiros, abre-se um campo de atuação para um novo profissional: o orientador de trabalho remoto.

“A previsão é que esse especialista ajude trabalhadores, por exemplo, a se adequar às ferramentas de informática e às rotinas do teletrabalho, assim como deve orientar quanto a medidas para garantir saúde física e mental”, descreve a pesquisa Senai.

Profissões já existentes também ganham mais fôlego e devem ter demanda aumentada, como os técnicos em mecânica e em telecomunicações.

NEGÓCIOS

Mulheres inovam mais na pandemia

Da redação

Há exatos seis meses, as irmãs Catarina davam o pontapé inicial no comércio online em Cuiabá. Antes da pandemia, a loja das irmãs Sara Silva e Izabel Sale prezava pelo atendimento exclusivamente presencial e o tinha como uma identidade da marca ‘Catarinas Sisters’. Então, veio a pandemia. Da noite para o dia as portas foram fechadas e as vendas temporariamente suspensas.

Para reduzir os impactos da crise, as irmãs seguiram o único caminho viável para o comércio naquele momento: mudaram seu modelo de negócio para o online. Para trabalhar nesse ambiente, as microempreendedoras tiveram

que aprender sobre um novo sistema de vendas, precisaram ser ágeis na adaptação e competentes para fazer dar certo. E deu certo. Hoje, a loja virtual das irmãs Catarina concentra 80% das vendas da empresa, mesmo com a permissão municipal para reabertura da loja física.

A história delas é apenas um dos exemplos de mulheres empresárias que se sobressaíram aos homens no quesito, inovação, agilidade e competência durante a pandemia. Esse sucesso das mulheres sobre os homens foi apontado em pesquisa realizada pelo Sebrae e Fundação Getúlio Vargas, publicada nessa quinta-feira (24).

Na avaliação dos pesquisadores, “as mulheres empreendedoras

demonstraram maior agilidade e competência ao implementar inovações em seus negócios. Essa vantagem das mulheres diante dos empresários também foi verificada no uso do delivery e nas mudanças desenvolvidas em produtos e serviços”.

Conforme o levantamento, a maioria das mulheres (71%) usou redes sociais, aplicativos ou internet para vender seus produtos. Já o percentual de homens que utilizam essas ferramentas foi bem menor, apenas 63%. A pesquisa foi realizada entre os dias 27 e 31 de agosto.

Apesar da eficiência, as empresárias perderam mais em faturamento mensal do que os homens. Com o início da pandemia, elas ficaram

em uma situação ligeiramente pior (78%), em comparação com os empresários do sexo masculino (76%).

No quesito inovação, as mulheres donas de negócios também foram as que inovaram mais na oferta de seus produtos e serviços (11%) contra 7% dos homens; e usaram mais os serviços de delivery (19%), ante 14% dos empresários.

No brechó das irmãs Catarina uma das novidades foi a criação autoral de um look confortável pensado para o momento. “A busca por roupas confortáveis é unânime por todas. Com certeza o fato de muitas estarem vivendo mais em casa do que em qualquer outro lugar influencia para o conforto. Então nossos garimpos e criações autorais estão sempre ligados a essa ideia de conforto e, claro, looks autênticos”, descreve.

O destaque feminino no e-commerce pode ser explicado pelo nível de escolaridade das mulheres empreendedoras. “As mulheres são mais escolarizadas do que os homens: 63% delas têm nível superior incompleto ou mais, contra 55% dos homens com esses mesmos níveis de escolaridade”, comenta Carlos Melles, presidente do Sebrae.

Outra explicação, segundo o presidente do Sebrae, está no fato de o percentual de mulheres jovens empreendendo ser maior do que o de homens: 24% delas têm até 35 anos contra 18% deles.



Gilberto Leite

Brechó das irmãs Catarina migrou rápido para o online e hoje já faz 80% das vendas na plataforma digital

PANTANAL

Força Nacional inicia combate a incêndios

Evelyn Ribeiro | Secom-MT

Os 48 militares da Força Nacional enviados para Mato Grosso iniciaram na sexta-feira (25) as atividades de combate e controle dos incêndios na região do Pantanal. Sob orientação do Comitê Integrado Multiagências de Mato Grosso (Ciman-MT), o grupo teve acesso ao mapa com as localizações dos focos e instruções para a atuação com segurança.

Para auxiliar na operação de combate direto ao fogo são utilizadas sete aeronaves, viaturas, um caminhão baú, um micro-ônibus e equipamentos como abafadores, soprador, bomba costal, enxadas e rastelos. O grupo é formado por militares – homens e mulheres que vieram de outros Estados brasileiros como Pará, Rondônia, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas, São Paulo, Maranhão, Acre, Roraima, Amapá e Distrito Federal. Eles permanecem na região por 30 dias, com a possibilidade de prorrogação.

Os militares chegaram ao município de Poconé na quin-

ta-feira (24) e atuam inicialmente por terra. Na Estância Dorochê e no Parque Estadual Encontro das Águas, o acesso é feito somente com o uso de aeronave e este combate deve ser realizado já nos próximos dias.

Os focos de incêndio no Pantanal tiveram redução de 80% na última semana, conforme levantamento do Corpo de Bombeiros.

“Está ocorrendo o monitoramento e vigilância as áreas onde o fogo já foi combatido e temos uma tropa que atuará em conjunto próximo à divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que passa pela mesma situação de incêndios florestais. Mesmo com a redução dos focos, ainda é necessária uma força-tarefa para que o estágio de controle total do fogo seja alcançado”, pontuou o comandante do Ciman, tenente-coronel Dércio Santos da Silva.

O comandante-geral do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, coronel Alessandro Borges, destacou a importância do reforço, já que o trabalho de combate aos incêndios no Pantanal vem sendo feito pelo Estado há mais de 70 dias.

**EXISTEM MUITAS
MANEIRAS DE
DEMONSTRAR
O SEU AMOR.**

**NO MOMENTO, A MELHOR
DELAS É MANTER
A DISTÂNCIA.**

RESPEITAR O DISTANCIAMENTO
social é garantir a segurança de quem você ama.

ESSA LUTA AINDA NÃO ACABOU



MÃOS SEMPRE
HIGIENIZADAS



MANTENHA A
DISTÂNCIA DE 1,5M



USE
MÁSCARA



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE CUIABÁ**